

-----ACTA-----
-----DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 12 DE JUNHO DE 2008-----
-----Aos doze dias do mês de Junho de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----
-----Presidente José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista e Pedro Manuel Sirgado Pisco dos Santos.-----
-----Em substituição do Sr. Vereador Pedro Ribeiro, ausente em serviço externo do Município, compareceu o Sr. Aquilino Manuel Pratas Fidalgo.-----
-----Faltou, por motivo de doença, o Sr. Vereador José Carlos da Silva.-----
-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião e considerado justificadas as faltas dos invocados Vereadores.-----

-----ORDEM DE TRABALHOS - O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, falando em seu nome e dos seus colegas autarcas Manuela Cunha e Francisco Maurício solicitou, dados os numerosos pontos agendados para uma reunião extraordinária, que alguns sejam retirados da presente Ordem de Trabalhos e passem para a próxima reunião, designadamente o Regulamento de Edificação, a adjudicação do Centro Escolar, a alteração ao Regulamento do PU de Almeirim e o pagamento de compensações em sede de operação de urbanização, numerados de quatro a sete, inclusive, na respectiva Ordem.-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que até segunda-feira não adianta muito e os pontos podem ser incluídos na Convocatória da Assembleia Municipal e serem tratados na reunião

ordinária.-----
-----O Sr. Presidente propos que se iniciassem os trabalhos e no seu decurso se avaliaria da necessidade de mais tempo para aprofundar os temas.-----

-----FESTAS DA CIDADE - A Sr^a. Vereadora Joana Baptista comunicou que terá lugar no próximo sábado, nos Jardins da Biblioteca, a inauguração oficial das Festas da Cidade.-----

-----1^a. REVISÃO ORÇAMENTAL - Com a presença do Chefe de Repartição Gilberto Xavier iniciou-se a apreciação da proposta de Primeira Revisão ao Orçamento para dois mil e oito, em vigor.-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou a que se deve um saldo da gerência anterior tão avultado e o funcionário respondeu que é o saldo efectivamente apurado e já invocado nas Contas.-----
-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que um saldo tão elevado é demonstrativo que a Câmara não executa o que planeia.-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se a sinalética turística é referente ao estudo que o Vereador Pedro Ribeiro trouxe à Câmara e o Sr. Presidente respondeu afirmativamente e que esse projecto foi concursado pela CULT e objecto de candidatura ao Programa Valtejo.-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou qual o fundamento para a prevista vídeo-vigilância na cidade e se foi concedida a necessária autorização pela Comissão de Protecção de Dados.-----
-----O Sr. Presidente respondeu que será presente a autorização concedida para o efeito.-----
-----A mesma Vereadora perguntou a que se deve a proposta para alteração da verba destinada à aquisição de terrenos.-----
-----O Sr. Presidente respondeu que para os processos cujas negociações amigáveis se encontram a decorrer: com a família Botas, em Fazendas de Almeirim, com o proprietário do terreno

destinado à instalação da ETAR de Paço dos Negros, com a família Cocharro, eventualmente recorrendo a expropriação, para construção da rotunda no centro de Fazendas de Almeirim que evite a elevada periculosidade da zona, em matéria de acidentes, compra do terreno para instalar o Centro Escolar de Fazendas de Almeirim e aquisição do terreno do Sr. Guilherme Pena, para parque de estacionamento.-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário perguntou, em relação ao reforço destinado aos Centros Escolares de Almeirim e de Fazendas de Almeirim, o que está em causa e, objectivamente quanto a este último, se já está prevista a construção.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que a verba inscrita se destina a lançar o concurso e ao arranque da obra, previsto para o fim do ano.-----

-----À pergunta do mesmo Vereador, o Sr. Presidente respondeu que se mantém o interesse na aquisição de parte da construção em cunha que separa a Rua do Paço da Rua Cinco de Outubro, do lado nascente.-----

-----Submetida a votação a Primeira Revisão ao Orçamento e Plano para o ano de dois mil e oito, no total de um milhão quinhentos e oitenta e quatro mil setecentos e sessenta e oito euros e um cêntimos, foi este instrumento financeiro aprovado por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, as abstenções dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Francisco Maurício e três votos a favor do Sr. Presidente e Vereadores Joana Baptista e Aquilino Fidalgo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha justificou a sua posição nos seguintes termos:-----

-----"Considerando que votei contra o PPI e Orçamento para dois mil e oito por estes conterem imensas lacunas e serem uma repetição quase integral das propostas de dois mil e sete e demonstrarem uma flagrante falta de estratégia face às necessidades do Concelho; Considerando que as alterações ora propostas não vêm em nada alterar essa opinião, abstenho-me relativamente às mesmas."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----
-----"O PSD votou contra o Orçamento para dois mil e oito apresentado no executivo municipal por entender que as opções estratégicas inseridas nesse instrumento financeiro não iam ao encontro dos interesses da população.-----
-----Por outro lado, a integração do saldo do ano transacto é uma demonstração clara que o Partido Socialista faz muitas promessas à população, mas executa pouco.-----
-----Em relação aos projectos que estão descritos na Revisão Orçamental é evidente que o PSD não está contra a construção dos Centros Escolares nem à aquisição de terrenos necessários à sua construção. Em todo o caso, o que está em causa é uma questão de princípios, os quais, forçosamente, deverão ser mantidos."-----
-----O Sr. Presidente disse:-----
-----"Votei a favor pelas seguintes razões: Primeiro, pelo montante do saldo tão criticado pela oposição, mas que revela uma gestão equilibrada, visto que cria condições para que a Câmara acompanhe a implementação do QREN bem mais à vontade do que a generalidade das Câmaras do nosso país, sem, no entanto, deixar de referir que, mesmo assim, não vai ser suficiente para os projectos que queremos implementar.-----
-----Depois, na própria Revisão Orçamental estão previstos quatro projectos que, quer queiram ou não aceitá-los, são projectos estratégicos para o desenvolvimento do país e de que são exemplo a construção de dois Centros Escolares."-----
-----Os Srs. Vereadores Joana Baptista e Aquilino Fidalgo declararam subscrever a declaração do Sr. Presidente.-----

-----ÁGUAS DO RIBATEJO - O Sr. Presidente apresentou a sua proposta com vista à alteração das Orientações Estratégicas para a empresa Águas do Ribatejo, a aprovação da minuta do Contrato de Gestão, Que as Orientações Estratégicas sejam anexas ao Contrato de Gestão, que seja autorizado o Presidente da Câmara a assinar o contrato de Gestão e a remessa do respectivo processo à Assembleia Municipal. Os pormenores dos elementos

constituintes da proposta encontram-se anexos à mesma, os quais aqui se dão por fielmente reproduzidos e ficam arquivados no maço de notas respeitante a Actas das Reuniões.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou em que ponto ficou a constituição da empresa intermunicipal, atendendo à falta de Visto prévio do Tribunal de Contas.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que os documentos atinentes à constituição da empresa foram posteriormente presentes ao douto Tribunal, que os devolveu com o Acórdão de que não era concedido o Visto porque ele deveria ser prévio e para a sua correcta configuração deveriam ser destruídos os efeitos da já celebrada escritura de constituição da empresa, para voltar a ser constituída após o Visto prévio, do que resulta a inutilidade da lide.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos registou que tinha alertado para o facto da constituição da empresa intermunicipal estar sujeita a Visto prévio.-----

-----Posta à votação a proposta do Sr. Presidente a Câmara deliberou aprová-la, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha, Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos e os votos a favor dos Srs. Vereadores Joana Baptista e Aquilino Fidalgo e do Sr. Presidente, que usou o seu voto de qualidade no desempate.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário leu a sua declaração de voto, do seguinte teor:-----

-----"Em consonância com a minha posição na Reunião de Câmara de vinte de Agosto de dois mil e sete, em consciência e na mais intransigente defesa da população do nosso Concelho, voto contra e faço voto de vencido pelos motivos de seguida aduzidos:-----

-----1)É evidente o empobrecimento e o esvaziamento progressivo deste projecto que, põe em causa a continuidade da CULT e da sua Junta que não soube cumprir o seu papel principal, manter a coesão entre todos os onze os municípios que a constituem e em conjunto saber encontrar a melhor solução técnica e financeira. Noto que este projecto consagra a separação prática e pouco

salutar entre as Câmaras a Norte e a Sul do Tejo.-----

-----2)Não é admissível utilizar, levianamente, um projecto de tanta importância para a nossa região e para o nosso Concelho para sustentar a precária continuidade do Senhor Presidente da C.M. de Almeirim - por interesses exclusivamente particulares - na Presidência da CULT - Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo.--

-----3)Interrogo-me quanto à razão política e estratégica para a opção por uma empresa intermunicipal, quando todos sabemos que a "aposta" mais "acertada" e que melhor defende o interesse público municipal, isto é o interesse dos cidadãos seria uma parceria público - privada (detentores de estruturas técnicas de gestão competentes) que são "estimuladas" e apoiadas e permite aos Municípios desenvolver todos os investimentos projectados e ainda ser recebedores de uma renda pela utilização dos bens públicos concessionados.-----

-----4)Não foi feito o estudo/diagnóstico da situação actual o que origina uma completa ausência de estratégia e planeamento acertado em relação à prioridade dos projectos a levar a cabo.--

-----5)Não são indicados os projectos a ser financiados e garantidos pelo investimento que irão ser incluídos de modo a que a população de Almeirim não venha a ser um contribuinte líquido e pagador dos interesses dos outros Municípios?-----

-----6)Onde vai ficar a sede da empresa? Não deixa de ser de estranhar que seja proposto que a sede da empresa fique em Santarém? Isto é a Câmara de Santarém não faz parte da empresa mas beneficia não só com a sua localização como ainda vai receber os respectivos impostos, nomeadamente o valor da derrama. Como é isto possível? Será este o conceito de defesa do interesse Municipal?-----

-----7)Como vai ser a estrutura do quadro de pessoal e a que regras vai obedecer a estrutura organizacional?-----

-----8)Onde está o acordo parassocial? (documento essencial que estabelece as regras dos associados os seus direitos e deveres).-----

-----9)Erro técnico no referido estudo: a derrama já não é dez

por cento, mas sim um e meio por cento, como se propõe a sede em Santarém, quer dizer que o valor da derrama será entregue à Câmara de Santarém.-----

-----10) Ausência de estratégia para o nosso município.-----

-----11) Aumentos do preço da água. Se o projecto anterior das Águas do Ribatejo já iria ter um elevado impacto nos aumentos dos preços da água, do saneamento e respectivos serviços, em Almeirim os preços agora propostos agravam bastante mais essa situação, nomeadamente atingindo gravemente os mais necessitados e os reformados, isto é os de menos posses.”-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou:-----

-----“Voto contra e faço voto de vencido por razões bem diferentes das invocadas pelo Vereador que me antecedeu e que são:-----

-----1º - A CDU no Concelho de Almeirim desde o início do processo que se manifesta contra a transferência de gestão da água e das águas residuais dos serviços da Câmara para uma entidade de cariz empresarial, sobretudo quando se antevê que a porta dessa entidade de cariz empresarial está toda aberta ao capital privado e que, mais tarde ou mais cedo, esta acabará por ser controlada por esse mesmo capital e gerida em função de critérios meramente economicistas e não pelos critérios ambientais e sociais que devem sustentar, quanto a nós, a gestão de um recurso tão importante e fundamental para a vida, como a água.-----

-----2º - Por outro lado, mesmo que essa entidade de cariz empresarial continue constituída apenas por capitais públicos, a CDU continua a divergir da opinião da maioria socialista e a considerar inaceitáveis um conjunto de questões que constam no clausulado de Gestão, tais como: o aumento anual e automático dos tarifários; a transferência de competências relativas à gestão por quarenta anos; os poderes adquiridos pela empresa em termos de utilização do domínio público do Município; e os poderes que a mesma vem a adquirir em termos de expropriações, constituição de servidões - tudo isto, sem que o Município tenha

de se pronunciar.-----

-----3° - Somos ainda contra a forma de contratação dos trabalhadores baseada no contrato individual de trabalho, que consideramos um verdadeiro retrocesso social, em termos de política laboral.-----

-----4° - Temos ainda como exemplos de divergências nestas cláusulas, que não podemos aceitar a perda de poderes de fiscalização da generalidade dos eleitos, previstos na cláusula oito, tanto a nível executivo como da Assembleia Municipal, relativos ao funcionamento e às instalações da empresa, que continuam a ser propriedade do Município.-----

-----Para concluir, a CDU vota contra porque os documentos que vão determinar a forma de gestão do recurso água, de saneamento e de águas residuais, não vai contribuir em nada para melhorar a vida da população do Concelho e, pelo contrário, vai levar ao agravamento do preço a cobrar à população, sem critérios adequados. Vai retirar poderes aos eleitos directos e piorar a situação laboral dos trabalhadores transferidos do Município.”--

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos justificou a sua posição:-----

-----“Pelas razões já invocadas pelo PSD na reunião de vinte de Agosto de dois mil e sete, voto contra e faço voto de vencido porque não houve nenhuma alteração substancial que levasse a ponderar o meu sentido de voto. Continuo a afirmar que o modelo de negócio proposto para a empresa Águas do Ribatejo não salvaguarda os interesses dos munícipes, que irão ficar dependentes da prestação de serviço fornecimento de água.-----

-----Aproveito para referir que o PSD alertou a Junta da CULT para o facto de que a constituição da empresa Águas do Ribatejo dependia, para a sua completa legalidade, do Visto prévio do Tribunal de Contas.-----

-----É evidente que o referido Acórdão do Tribunal de Contas que invoca a inutilidade da lide, não retira valor jurídico à falta do Visto prévio, mas evita a inviabilização do funcionamento da empresa, com graves prejuízos para os contribuintes deste

país."-----

-----O Sr. Vereador Aquilino Fidalgo declarou:-----

-----"Embora acredite que o negócio da água deve permanecer sob o domínio público e concordando com alguns pontos apresentados pela oposição, defendo que, nesta fase, enviesar o caminho já delineado seria mais prejudicial que benéfico. Acredito nas sinergias a criar."-----

-----O Sr. Presidente disse:-----

-----"A minha posição favorável é para vincar o regozijo pelo facto da empresa Águas do Ribatejo poder finalmente arrancar e aproveitar as candidaturas aprovadas ao abrigo dos Fundos de Coesão que, doutra maneira, não seria possível ter à sua mercê.-

-----Vejamos o caso de Santarém e do Cartaxo que, seguindo um caminho de individualismo, foram prejudicados com a perda desses fundos.-----

-----Não esqueçamos que, com o início da actividade, se implementará uma estratégia que permitirá a optimização dos sistemas de funcionamento quer de saneamento quer de águas e que permitirá concretizar os novos sistemas de tratamento de Paço dos Negros e Foros de Benfica. Os benefícios que resultam desta estratégia foram reconhecidos entusiasticamente pelos Municípios da CDU, Chamusca e Benavente e do Bloco de Esquerda, Salvaterra de Magos.-----

-----Por fim, dado o significado do projecto, tenho pena de não ser o Presidente da Câmara de Almeirim o Presidente do Conselho de Administração da Águas do Ribatejo."-----

-----JUÍZES SOCIAIS - O executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Sr^a Vereadora Joana Baptista contendo a lista dos Juizes Sociais da Comarca de Almeirim.-----

-----ORDEM DE TRABALHOS - O Sr. Presidente, aceitando os argumentos invocados, acedeu a que a aprovação da revisão do Regulamento de Edificação e Urbanização do Concelho passasse para a próxima reunião.-----

-----Submeteu, de seguida, a apreciação o Relatório da Comissão de Análise e adjudicação da Construção do Centro Escolar de Almeirim.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu:-----

----- "Iniciou a reunião de Câmara solicitando ao Sr. Presidente que determinados assuntos dignos de uma mais aprofundada análise passassem para a reunião da próxima segunda-feira. O Sr. Presidente foi intransigente e entrou na Ordem de Trabalhos pré-determinada. Nós quisemos dizer que os pontos quatro a sete, não estávamos dispostos a discutir de imediato, por termos tido falta de tempo para tão extensos documentos. Se da nossa parte houvesse uma atitude tão intransigente como a do Sr. Presidente, teríamos saído da sala. Espero que não queira meter o Rossio na Rua da Betesga, ou está disposto a adiar, ou saímos."-----

-----O Sr. Presidente respondeu:-----

-----"Esta reunião foi convocada com respeito pelos prazos consignados na lei. A intransigência cai por terra quando, mesmo agora, passamos para a reunião seguinte um ponto que, a meu ver, não trazia alterações significativas à aprovação já feita em reunião anterior.-----

-----O caso presente é duma simplicidade que só não será apreciado por uma segunda intenção que eu não vislumbro. Aliás, tive o cuidado de trazer a discussão todos os pontos que exigissem mais esclarecimentos, os técnicos que os pudessem prestar. Não percebo, portanto, esta argumentação para forçar o adiamento."-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse:-----

-----"Ao pedirmos, em conjunto, os três Vereadores da oposição, o adiamento de quatro pontos, fizemo-lo, é óbvio, por não ter tido condições para, no quadro de uma Ordem de Trabalhos extremamente pesada, analisar pontos que eram também eles muito pesados, que merecem um estudo e reflexão mais aprofundados.-----

-----As razões pelas quais esta Ordem de Trabalhos reúne, não só um número elevado de pontos, mas um conjunto de assuntos que merecem muito tempo de análise, é óbvia, e não compreendo porque

o Sr. Presidente finge não compreender. O esvaziamento sistemático da última reunião de Câmara e da próxima ordinária, talvez porque alguém não esteja cá, levou à convocatória de uma reunião extraordinária de super peso. Só que os Vereadores da oposição são pessoas que trabalham e têm responsabilidades no dia-a-dia e, muitas vezes, é sobre tempo pessoal que têm que ir buscar horas, para prepararem estas reuniões.-----

-----Por outro lado, como o executivo é um órgão colegial e todos têm o direito e o dever de estar nas devidas condições para deliberar, e essas são condições essenciais do pedido dos Vereadores, por não terem tido tempo para analisar e estudar os documentos. Quando isto acontece, numa vivência democrática saudável deveria conduzir, de facto, a um adiamento razoável dos assuntos, até estarem criadas as condições para a sua análise e deliberação.-----

-----É óbvio que esta questão nunca foi colocada pela maioria mas sempre pelas oposições, porque quem tem maioria escolhe o tempo que quer reter os assuntos na pasta e as datas adequadas à sua agenda para as integrar nas Ordens de Trabalhos.-----

-----Por isso entendemos que ficámos nesta reunião por considerar que não queremos que nenhuma reunião seja demasiado pesada e era inútil passar para a próxima reunião pontos que podiam ser despachados hoje e acordámos entre nós pedir o adiamento só dos pontos que requerem mais tempo de estudo.-----

-----Isto não tem nada de especial na maioria dos executivos deste país mas, aqui em Almeirim, é sempre meia bola e força: O Sr. quer, o Sr. pode, o Sr. manda. Mas hoje, o Sr. Presidente pode querer, mas não pode - não manda.-----

-----Se não adiar os pontos pedidos saímos e fica sem quórum."--

-----O Sr. Presidente disse que a reunião é suspensa por meia hora, dado o abandono dos Vereadores da oposição.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos apelou à razoabilidade de posições de todos os presentes.-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário disse:-----

-----"O ponto quatro é o único que concordei passar para

segunda-feira, os restantes não têm a minha concordância.-----
-----E ressalto a oportunidade desta reunião e a sua preparação,
com certeza ao mais alto nível, basta constatar que cinquenta
por cento do executivo faltou. Só pergunto que organização é
esta, em que cinquenta por cento do executivo não tem o mínimo
conhecimento de qualquer dossier em discussão."-----
-----O Sr. Presidente respondeu que, em matéria de quórum "Estão
seis em sete."-----
-----Propôs ainda o Sr. Presidente que os pontos deliberados
sejam aprovados em minuta.-----
-----O Sr. Vereador Francisco Maurício deixou a questão "Com
certeza que vai insistir na sua posição de continuar a reunião
com a Ordem de Trabalhos na íntegra."-----
-----Perante a aquiescência do Sr. Presidente, os Srs Vereadores
Maurício do Rosário, Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos
levantaram-se e abandonaram a sala, eram dezasseis horas e
dezasseis minutos.-----
-----O Sr. Presidente reiterou o seu despacho anterior, de
considerar suspensa a reunião.-----
-----Por falta de quórum a reunião foi considerada encerrada
eram dezasseis horas e vinte e seis minutos.-----
-----E eu, _____, Chefe de Repartição da
Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que
lavrei e subscrevi.-----

Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição